

Ano XXVII nº 6765 – 17 de fevereiro de 2023

## Santander condenado pela Justiça por esconder informações do MPT



O Santander foi condenado a pagar multa diária de R\$ 150 mil caso continue negando informações ao Grupo Especial de Atuação Finalística, implantado para investigar as causas da baixa execução de recursos repassados pelo Governo Federal no Programa Emergencial de Suporte a Empregos. A decisão é da 4ª Vara do Trabalho de Campinas e atende a pedido do Ministério Público do Trabalho (MPT).

A investigação que teve origem em uma reportagem do Intercept Brasil, publicada em maio de 2020, revelou que, dos R\$ 40 bilhões aplicados pelo programa criado para auxiliar empresas a manterem contratos de trabalho, apenas 3,6% (R\$ 1,44 bilhões) foram de fato repassado para pequenos empresários. As investigações envolveram quatro bancos denunciados pela matéria: Santander, Itaú, Banco do Brasil e Caixa.

“Até o momento apenas o Santander se recusou a passar informações e documentos exigidos pelos investigadores do MPT, para comprovar a implementação do Programa Emergencial”, explica a bancária do Santander e secretária de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Rita Berlofa.

Rita acrescenta que a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) e o Santander chegaram a ingressar com dois mandados de segurança para tentar barrar a investigação. Os pedidos, contudo, foram derrubados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15).

“É preocupante essa tentativa institucional de inviabilizar uma investigação que é importante. Como escreveu o grupo de investigação do MPT, na ação civil pública proposta para responsabilizar o Santander, afinal, quem não deve, não teme.”

## No setor bancário, discriminação ainda impera

O perfil de emprego bancário no país mostra o quanto a discriminação em relação ao gênero, raça e escolaridade ainda impera no sistema financeiro brasileiro, apesar do lucro extraordinário ano após ano. Mesmo com o pacto em negociação coletiva sobre ambientes de trabalho mais homogêneos e igualitários, a realidade é bem diferente.

No ano passado, as admissões de mulheres foram 19,1% menores do que as dos homens e os desligamentos 5,4% superiores, segundo dados de 2022 do levantamento do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Com isso, foram abertas 3.933 vagas para homens e cortados 1.106 postos para as mulheres.

Quando a faixa etária é analisada no setor bancário, constata-se que a geração de vagas se concentrou no público com idade até 29 anos, com aumento de 10.351 postos. Para os trabalhadores com 30 anos ou mais, houve fechamento de 7.529 vagas.

Nos quesitos raça e escolaridade, 60,8% de empregados brancos foram admitidos nos bancos e 55,3% com superior completo. As admissões de funcionários pretos e pardos alcançaram 33,9% da totalidade, enquanto as demissões foram de 25,6%. Falta muito para o Brasil ter um sistema financeiro mais igualitário.

## Salário mínimo terá novo reajuste em maio

A partir de maio o salário mínimo será reajustado para R\$1.320. O assunto foi tema de discussão no Palácio do Planalto na última terça-feira (14). O governo anunciou também um aumento na faixa de isenção do Imposto de Renda para R\$ 2.640.

Os novos valores devem entrar em vigor a partir de 1º de maio, Dia do Trabalhador. Atualmente, o salário mínimo é de R\$1.302, ou seja, 1,4% maior do que a inflação acumulada em 2022.

O aumento na faixa de isenção do Imposto de Renda deve começar a valer a partir de 2024.

